

 <p>ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DA VIDA</p>	<p>PSICO</p> <p>Psico, Porto Alegre, v. 54, n. 1, p. 1-12, jan.-dez. 2023 e-ISSN: 1980-8623 ISSN-L: 0103-5371</p>
<p>http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2023.1.38578</p>	

SEÇÃO: ARTIGO

Análise da estrutura disponibilizada ao ensino de avaliação psicológica

Analysis of the structure provided for teaching psychological assessment

Análisis de la estructura proporcionada para la enseñanza de la evaluación psicológica

**Gabriel Vitor Acioly
Gomes¹**

orcid.org/0000-0001-6565-3094
gabriel.gomes@ufr.br

Lucila Moraes Cardoso²

<https://orcid.org/0000-0002-8890-9352>
lucila.cardoso@uece.br

Recebido em: 13 jul. 2020.

Aprovado em: 21 nov. 2022.

Publicado em: xx xxx xxxx.

Resumo: O objetivo do presente estudo foi analisar as condições estruturais disponibilizadas para o ensino das disciplinas de Avaliação Psicológica nos cursos de Psicologia das Instituições de Ensino Superior (IES) do Ceará. Obteve-se autorização de oito instituições para realizar a pesquisa e, tendo como base um roteiro de observação, foram analisados aspectos de material e equipamento, infraestrutura e Serviço de Psicologia. Os principais resultados indicaram que as instituições possuíam uma variedade mínima de 20 testes psicológicos, os alunos assinavam um termo para alugar os testes e as IES desenvolviam atividades para a comunidade. Entretanto, também foi observado a inexistência da testagem informatizada, poucas instituições contavam com testotecas e os funcionários responsáveis pelo serviço e material da avaliação psicológica, em sua maioria, não eram formados em Psicologia. Pode-se concluir que o panorama das instituições cearenses observadas é promissor, mas deve-se continuar em busca de melhorias.

Palavras-chave: avaliação psicológica, ensino da psicologia, formação do psicólogo, instituições de ensino superior, testes psicológicos

Abstract: The aim of the present study was to analyze the structural conditions made available for the teaching of Psychological Assessment disciplines in the Psychology courses of Higher Education Institutions in Ceará. Authorization was obtained from eight institutions to carry out the research and, based on an observation script, were analyzed aspects of material and equipment, infrastructure and Psychology Service. The main results indicated that the institutions had a minimum range of 20 psychological tests, students signed a term to rent the tests and the institutions developed activities for the community. However, it was also observed that there was no computerized testing, few institutions had "testotecas" and the employees responsible for the service and psychological assessment material were mostly not graduate in Psychology. It can be concluded that the scenario of the institutions in Ceará observed is promising, but one must continue to seek improvements.

Keywords: psychological assessment, psychology education, psychologist education; higher education institutions; psychological testing

Resumen: El objetivo del presente estudio fue analizar las condiciones estructurales disponibles para la enseñanza de asignaturas de Evaluación Psicológica en los cursos de Psicología de las Instituciones de Educación Superior en Ceará. Se obtuvo autorización de ocho instituciones para llevar a cabo la investigación y, en base a un guion de observación, se analizaron aspectos de material y equipo, infraestructura y Servicio de Psicología. Los principales resultados indicaron que las instituciones tenían un rango mínimo de 20 tests psicológicos, los estudiantes firmaron un plazo para alquilar el tests y las IES desarrollaron actividades para la comunidad. Sin embargo, también se observó que no había tests computarizados, pocas instituciones tenían "testotecas" y los empleados responsables del servicio y el material de evaluación psicológica en su mayoría no estaban graduado en psicología. Se puede concluir que el escenario de las instituciones observadas en Ceará es prometedor, pero hay que seguir buscando mejoras.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, RR, Brasil.

² Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil.

Palabras clave: evaluación psicológica, enseñanza de psicología, formación del psicólogo, instituciones de enseñanza superior, tests psicológicos

A Avaliação Psicológica (AP) é uma área que continuamente tem contribuído com o desenvolvimento da Psicologia. Os avanços desse campo de estudo nas últimas três décadas podem ser exemplificados com a fundação de entidades científicas como a Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo), em 1993, e o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), em 1997; a criação do Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (Satepsi), em 2001, e o aumento no número de laboratórios de pesquisas (Bueno & Peixoto, 2018; Primi, 2010; Wechsler et al., 2019). Esses avanços incidiram na busca por melhorias da formação em avaliação psicológica que, muitas vezes, era realizada de maneira acrítica (Noronha & Reppold, 2010).

Pesquisadores têm investigado e discutido sobre os problemas ainda existentes no ensino de avaliação psicológica para oferecer propostas de reformulações (Borsa, 2016; Gouveia, 2018; Noronha et al., 2010). É nessa perspectiva que existem estudos que analisaram ementas das instituições de ensino (Ambiel et al., 2019; Finelli et al., 2015; Freires et al., 2017), conhecimento de professores e alunos (Mendes et al., 2013; Noronha et al., 2004) e experiências práticas (Reppold & Serafini, 2010). Entretanto, não foram encontradas na literatura científica nacional pesquisas que verificaram as condições estruturais disponibilizadas para o ensino de avaliação psicológica nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras.

Os estudos que mais se aproximaram da perspectiva de análise da infraestrutura foram os que abordaram os relatos de professores, ainda que o objetivo principal não fosse de examinar essas condições de funcionamento (Ambiel et al., 2018; Bardagi et al., 2015). Ambiel et al. (2018) tiveram o objetivo de identificar o perfil de formação de professores que lecionam disciplinas de avaliação psicológica em cursos de Psicologia do Brasil e as dificuldades enfrentadas no exercício da docência. Participaram 93

professores que responderam a um questionário *online* sobre a formação e as atividades docentes. Após fazer uma análise de conteúdo de uma pergunta aberta sobre as dificuldades enfrentadas no exercício da docência, prevaleceram aspectos referentes à infraestrutura da instituição. Entre as dificuldades mencionadas foram citadas a falta de espaços físicos voltados para a prática, o número reduzido de manuais, de folhas de respostas e de crivos de correção dos testes e a grande quantidade de alunos por turma. Na outra pesquisa, Bardagi et al. (2015) mapearam o perfil dos professores que ensinam Avaliação Psicológica em cursos de Psicologia do Brasil. Também participaram 93 professores de todas as regiões geográficas do Brasil que responderam um questionário *online* e apontaram como principais dificuldades aspectos relacionados à estrutura física, tais como falta de salas adequadas para as atividades práticas e materiais desatualizados ou em más condições de uso.

O fator estrutural foi indicado como uma das problemáticas para o ensino de avaliação psicológica nas duas pesquisas. Mediante os constantes desafios para a formação em avaliação psicológica, Nunes et al. (2012) propuseram algumas Diretrizes para o Ensino de Avaliação Psicológica. Essas diretrizes foram divididas em quatro partes, a saber: (a) competências em avaliação psicológica; (b) disciplinas e conteúdos programáticos; (c) estrutura de ensino; e (d) referências bibliográficas indicadas para serem utilizadas nas disciplinas da área. No que se refere às condições estruturais disponibilizadas ao ensino da avaliação psicológica, foram delimitadas quatro categorias, a saber: (a) infraestrutura necessária; (b) métodos de ensino; (c) formação docente; e (d) orientações importantes.

Em relação à infraestrutura, Nunes et al. (2012) indicaram a criação de testotecas, ou seja, locais específicos para a guarda dos testes psicológicos que disponham de espaço para manusear e estudar esses instrumentos de maneira segura, e a criação de laboratórios de Avaliação Psicológica com livros e acesso a computadores para atividades de pesquisas

e de ensino. Além desses dois espaços foi ressaltada a necessidade de que as bibliotecas tenham livros atualizados e que a matriz curricular do curso de Psicologia ofereça um número suficiente de disciplinas para abranger os conteúdos importantes à área de Avaliação Psicológica. Em relação aos métodos de ensino, foram sugeridas aulas expositivas dialogadas, atividades práticas, auxílio de monitores, simulações de administração de instrumentos e técnicas de avaliação, estudos de caso, elaboração de documentos psicológicos, pesquisas de iniciação científica e espaços de estágio. No que se refere à formação docente, recomendaram que o professor tenha uma formação na própria área, experiência profissional com o que será ensinado, atualização constante na temática e que esse professor esteja inscrito no seu Conselho Regional de Psicologia. Por fim, destacaram a importância de os testes psicológicos serem resguardados em local específico sob a supervisão de um professor, do controle de entrada e saída dos instrumentos para que apenas estudantes e profissionais da Psicologia tenham acesso, de que os testes e seus respectivos manuais não sejam disponibilizados em bibliotecas, e de que os professores usem em suas aulas apenas materiais originais dos testes. E, por último, recomendou-se que as instituições de ensino ofertassem estágios supervisionados na área de Avaliação Psicológica.

Ampliando o debate sobre o ensino de Avaliação Psicológica, Caixeta e Sousa (2013) reforçaram a importância do compromisso ético e social no ensino. Compromisso esse que pode ser exemplificado na obrigatoriedade de os cursos possuírem os Serviços de Psicologia para atender à formação do psicólogo, devendo ter congruência entre as competências a serem desenvolvidas e as demandas de serviços psicológicos da comunidade (Resolução CNE/CES n.º 5, 2011), necessitando que os serviços prestados sejam além dos tradicionais atendimentos clínicos. Ademais, não houve investigações que buscaram diferenciar a estrutura das instituições de acordo com suas prerrogativas acadêmicas, considerando que as universidades assumem

a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, enquanto as faculdades e centros universitários não necessariamente (Decreto nº 9.235, 2017).

Atentando para a temática tão relevante e o contínuo interesse em investigar o ensino de avaliação psicológica, o presente estudo visa contribuir com esse debate com o diferencial de realizar uma investigação empírica com observação direta dos espaços, sendo este um tipo de pesquisa ainda não encontrada na literatura científica. Desta forma, o objetivo do presente estudo foi analisar as condições estruturais disponibilizadas para o ensino das disciplinas de Avaliação Psicológica nos cursos de Psicologia das Instituições de Ensino Superior (IES) do estado do Ceará.

Método

Local e participantes

Em novembro de 2016 foi consultado o site do Ministério da Educação (MEC) sobre quais instituições cearenses possuíam o curso de Psicologia reconhecido e constatou-se 10 instituições. Obteve-se a autorização para realizar a pesquisa em oito instituições – duas instituições não participantes da pesquisa não responderam o *e-mail* para confirmar ou negar interesse. Das oito instituições, três eram públicas e cinco particulares. Cinco funcionavam em Fortaleza e as demais em cidades do interior do Ceará. As IES foram divididas em dois grupos, sendo um formado pelas faculdades e centros universitários ($n = 4$) e o outro constituído pelas universidades ($n = 4$). Além disso, junto de cada espaço foi feito o contato com os professores para a participação junto à pesquisa. Obteve-se o retorno de sete profissionais.

Instrumentos

Um "Roteiro de Observação da Estrutura para o Ensino de Avaliação Psicológica" foi elaborado pelos pesquisadores. O instrumento de observação do espaço físico do curso de Psicologia foi construído a partir das diretrizes de Nunes et al. (2012), visto que foi a única publicação en-

contrada que abordava especificidades sobre a estrutura necessária para o ensino de Avaliação Psicológica. Ele foi estruturado visando a observação da estrutura incluindo a observação dos materiais, equipamentos e infraestrutura disponível à formação.

No que se refere aos materiais e equipamentos, foram verificadas a quantidade dos testes psicológicos, disponibilidade de computadores para estudo e de recursos para aplicação de testes informatizados. Em relação à infraestrutura, observou-se a existência e o uso de salas para aplicação individual ou coletiva de testes psicológicos, bem como haver testoteca e espaços climatizados, reservados e silenciosos, que assegurassem o sigilo. Também foram consideradas as diretrizes gerais de cuidado com os materiais privativos dos psicólogos, tais como a guarda dos testes em armários trancados, formação do profissional responsável pelos testes, acesso aos testes psicológicos com assinatura de termo de responsabilidade e os vínculos intersetoriais na própria instituição ou em parceria com outras instituições (projetos, escolas, universidades, unidades de saúde, ONGs etc.) para o desenvolvimento de atividades de Avaliação Psicológica voltadas à comunidade.

Além disso, foi elaborado um questionário aberto sobre a formação e a prática docente. Os professores responderam a questões que envolviam ter tido formação específica na área de avaliação psicológica (*lato* ou *stricto sensu*), experiência prática, frequência de participação em eventos da área e participação em projetos de pesquisa envolvendo Avaliação Psicológica.

Procedimentos

Todas as IES do Ceará com curso de Psicologia reconhecido no MEC no período da coleta de dados, em 2016, foram convidadas para participar da pesquisa por meio de contato via *e-mail* institucional dos coordenadores dos cursos de Psicologia e buscou-se a participação das Instituições de Ensino Superior por meio do Termo de Anuência Institucional. Após o consentimento das instituições, o projeto de pesquisa

foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e foi aprovado com o parecer n.º 1789354. Posteriormente, foi retomado o contato com os coordenadores das IES participantes para a obtenção do *e-mail* ou telefone dos professores e agendamento de data para coleta de dados. Foi realizada uma visita institucional tendo como base o roteiro, com o intuito de observar a estrutura disponibilizada para o ensino e a guarda dos materiais relacionados à área.

Durante as visitas, em duas IES o próprio professor da área de avaliação psicológica acompanhou o pesquisador e, nas demais, um profissional responsável pelo serviço que fez esse procedimento. Os professores que não acompanharam o pesquisador durante a observação responderam ao questionário em outro momento. Para verificar as condições de estrutura e funcionamento disponibilizadas pelas IES para o ensino da área foram realizadas análises de estatística descritiva pelo programa Microsoft Excel 2010.

Resultados e discussão

A Tabela 1 apresenta os resultados da análise da estrutura das instituições, conforme prerrogativa acadêmica, isto é, faculdades/centros universitários e universidades. Em uma das universidades não foi possível realizar a observação de todos os pontos do roteiro, pois no dia em que foi feita a visita com a profissional responsável pelo serviço estava acontecendo uma mudança do local onde guardavam os materiais relacionados ao ensino de Avaliação Psicológica. Por esse motivo, em algumas categorias das universidades as análises foram realizadas considerando três instituições. Ademais, uma professora do grupo das faculdades e centros universitários não respondeu ao questionário e nas categorias relacionadas aos professores esse grupo contou com três respondentes.

Tabela 1 – Informações das observações dos grupos das instituições

Categoria	Classificação	Faculdades e Centros Universitários		Universidades	
Quantidade dos testes	Entre 21-30	3	75%	1	33%
	Mais que 30	1	25%	2	67%
Existência de computadores	Sim	2	50%	1	25%
	Não	2	50%	3	75%
Testagem informatizada	Sim	0	0%	0	0%
	Não	4	100%	4	100%
Salas para administração individual dos testes	Sim	4	100%	4	100%
	Não	0	0%	0	0%
Salas para administração coletiva dos testes	Sim	2	50%	3	100%
	Não	2	50%	0	0%
Existência de testoteca	Sim	1	25%	1	25%
	Não	3	75%	3	75%
Espaços climatizados	Sim	4	100%	4	100%
	Não	0	0%	0	0%
Espaços reservados, silenciosos e sigilosos	Sim	3	75%	4	100%
	Não	1	25%	0	0%
Guarda dos testes em armários trancados	Sim	4	100%	3	100%
	Não	0	0%	0	0%
Funcionário do serviço formado em Psicologia	Sim	1	25%	2	50%
	Não	3	75%	2	50%
Acesso aos testes com assinatura de termo	Sim	3	75%	3	100%
	Não	1	25%	0	0%

Categoria	Classificação	Faculdades e Centros Universitários		Universidades	
		Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Vínculo com a própria instituição ou outras	Sim	3	75%	3	75%
	Não	1	25%	1	25%
Atividade para a comunidade	Sim	4	100%	4	100%
	Não	0	0%	0	0%
Métodos de ensino com atividades práticas	Sim	3	100%	4	100%
	Não	0	0%	0	0%
Professor com formação na área	Sim	1	33%	1	25%
	Não	2	67%	3	75%
Professor com experiência prática	Sim	3	100%	4	100%
	Não	0	0%	0	0%
Professor que participa de eventos	Sim	2	67%	4	100%
	Não	1	33%	0	0%
Professor que realiza pesquisas	Sim	0	0%	4	100%
	Não	3	100%	0	0%

Na Tabela 1, observa-se que 75% das faculdades/centros universitários possuíam variedade de 21 a 30 testes psicológicos em seu acervo e 67% das universidades tinham mais de 30 testes disponíveis. Das IES que tinham mais de 30 tipos de testes, uma tinha 36, a outra 61 e a que mais tinha diversidade de material possuía 94 testes psicológicos. Não foi possível realizar a contagem e análise de cada um dos testes psicológicos, pois aumentaria o tempo da visita e quem acompanhava a pesquisa tinha outras atividades a serem feitas, além de que o pesquisador não poderia ficar sozinho no ambiente para realizar tal procedimento. Devido ao impedimento, solicitou-se uma lista com o tipo e a quantidade de todos os testes psicológicos, mas nem todas

chegaram a enviar. Ainda assim, pela fala dos professores e/ou profissionais responsáveis pelo serviço, constatou-se que existiam alguns instrumentos com um único exemplar e outros com, pelo menos, 50 exemplares.

Para estimar a representatividade quantitativa dos testes psicológicos, foi realizada uma consulta ao site do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi) em abril de 2017 e foi constatado que existiam 164 testes psicológicos com parecer favorável para serem utilizados no Brasil (Conselho Federal de Psicologia, 2017). Nota-se que 70% das IES analisadas tinham menos de 30% dos testes existentes na época. No estudo de Ambiel et al. (2018), a falta de diversidade e quantidade de testes psicológicos

em IES foi indicada por professores como uma das dificuldades para o ensino da área. O custo dos instrumentos não deveria ser uma justificativa aceitável para que as instituições não os adquiram, uma vez que ao se propor a ofertar o curso, a IES deveria assegurar as condições mínimas para uma formação de qualidade.

O ensino da Avaliação Psicológica deve ser para além dos testes e não é esperado que na graduação sejam ensinados todos os testes com parecer favorável, mas a diversidade de testes é importante, inclusive, para ensinar os conhecimentos mínimos que permitam aos futuros psicólogos escolherem de maneira correta o melhor recurso a ser utilizado em uma prática a ser desenvolvida. Além disso, espera-se que os graduandos possam fazer estágios na área de Avaliação Psicológica (Nunes et al., 2012; Reppold & Serafini, 2010), o que também demanda diversidade de testes para que possam ser realizadas avaliações de diferentes construtos e em diferentes contextos. Neste sentido, é importante reforçar que o uso inadequado dos testes pelos profissionais gera contestações e realizar uma formação consistente é um dos fatores para o uso correto dos mesmos (Noronha et al., 2004).

Pôde ser visto na Tabela 1 que apenas 50% das faculdades/centros universitários e 25% das universidades disponibilizavam computadores no próprio espaço destinado ao ensino de AP para que os alunos estudassem. As instituições dos dois grupos que não dispunham de computadores no próprio espaço de ensino disponibilizavam essa ferramenta em outros locais, como biblioteca. Uma das universidades tinha computadores que estavam aguardando serem instalados em breve para serem utilizados e, por isso, foi considerada como se não tivesse o equipamento. Relacionado ao uso de computadores, foi constatado que nenhuma instituição dos dois grupos possuía o recurso da testagem informatizada. Noronha e Reppold (2010) afirmaram que o recurso da avaliação informatizada é um tema atual da área e deveria ser adicionado aos programas das disciplinas de AP. Já Primi (2010), assegurou que a área passou por avanços tecnológicos e que existem testes psicológicos

comercializados que contam com o recurso da testagem informatizada. Na Resolução CFP nº 009/2018 há orientações para submissão de versões informatizadas dos testes psicológicos e em junho de 2020 estavam disponíveis 21 testes psicológicos favoráveis que possuem a administração informatizada e 63 com correção informatizada (Conselho Federal de Psicologia, 2020). Foi constatado a partir do dado que as instituições cearenses estavam ausentes do uso desse recurso tecnológico que é partícipe da realidade da área de Avaliação Psicológica. A necessidade de laboratórios de AP com computadores e livros para que os alunos pudessem estudar e pesquisar foi indicado como importante fator para o ensino da área (Noronha et al., 2010; Nunes et al., 2012).

Com os dados da observação da infraestrutura e do serviço das instituições foi percebido que todas as IES dos dois grupos tinham salas para administração individual de testes. Além disso, 50% das faculdades/centros universitários e todas as universidades também possuíam locais para administração coletiva. No entanto, uma faculdade/centro universitário e duas universidades não tinham sala exclusiva para aplicação coletiva e informaram que, quando necessário, as administrações coletivas poderiam ser feitas em sala de aula. Ainda que essa seja uma alternativa para que as graduandas possam aprender a manusear os instrumentos e a realizar administrações coletivas, destaca-se que o uso da sala de aula não necessariamente assegura os cuidados em relação ao *setting*, tal qual iluminação, ventilação, silêncio e sigilo do processo. Possuir os espaços destinados às práticas é essencial para que as instituições promovam o ensino da Avaliação Psicológica, tal qual abordado nas Diretrizes Curriculares ao estipular que o planejamento acadêmico dos professores deve garantir a aplicação e a avaliação de estratégias, técnicas, recursos e instrumentos psicológicos (Resolução CNE/CES nº 5, 2011). Desta forma, observa-se que algumas das IES cearenses, nos dois grupos, estavam seguindo parcialmente as diretrizes do MEC, já que os espaços físicos disponibiliza-

dos nem sempre eram suficientes para que os professores pudessem utilizar com seus alunos. Essa dificuldade estrutural também foi relatada no estudo de Ambiel et al. (2018).

Percebeu-se que 25% das instituições de cada grupo possuíam testoteca. Este espaço foi definido por Nunes et al. (2012) como um local destinado à guarda e estudo dos testes psicológicos e é recomendado para que os alunos possam estudar e conversar sobre os instrumentos psicológicos e outros materiais que fazem parte da área, de forma reservada, segura e sem expor os instrumentos exclusivos da Psicologia para alunos de cursos distintos, características importantes que fizeram esse espaço ser sugerido como importante para a formação (Noronha et al., 2010; Nunes et al., 2012). Ainda sobre o acesso aos testes, 25% de cada grupo não autorizava que os alunos retirassem os testes psicológicos para estudar em local externo ao serviço e, por isso, o manuseio do material deveria ser feito no próprio local. Na faculdade/centro universitário que não autorizava a retirada dos testes, havia uma testoteca, garantindo espaço adequado para que os alunos estudassem esses materiais sigilosos, enquanto na universidade não tinha o espaço adequado e eram disponibilizadas salas do serviço de Psicologia para que os alunos estudassem esses materiais.

As observações da infraestrutura evidenciaram que todas as instituições dos dois grupos possuíam espaços climatizados. Em relação aos espaços reservados, silenciosos e sigilosos, constatou-se que 75% das faculdades/centros universitários e todas as universidades apresentavam essas características. A única faculdade/centro universitário que não apresentou este último resultado, foi em decorrência de o serviço de Psicologia funcionar em um espaço multidisciplinar, o que proporcionava um fluxo grande de pessoas e dificultava que houvesse silêncio e discricção. Destaca-se que o trabalho multiprofissional é uma característica importante de ser vivenciada desde a formação, pois cada vez mais as psicólogas têm trabalhado em equipe e é necessário que cada profissional saiba preservar os preceitos éticos de sua formação

(Conselho Federal de Psicologia, 2005).

Na Tabela 1 pôde ser constatado que todas as instituições dos dois grupos guardavam os testes psicológicos em armários trancados, o que possibilitava um maior sigilo e segurança. 50% das faculdades/centros universitários e todas as universidades mantinham o material bem-organizado nas prateleiras desses armários, o que facilitava a procura dos manuais, dos protocolos, entre outros materiais. Esse resultado foi muito importante, pois revelou que os profissionais responsáveis pelo serviço destinado ao ensino da Avaliação Psicológica, bem como os professores da área dessas instituições cearenses, reconheceram a relevância desses testes estarem resguardados em locais reservados e seguros por serem materiais de uso exclusivo dos profissionais de Psicologia. Esse dado convergiu com uma das orientações sobre a estrutura de ensino que Nunes et al. (2012) deram de que os testes psicológicos e seus respectivos manuais não devem ser disponibilizados em bibliotecas. Além disso, em todas as instituições os testes psicológicos eram mantidos em sigilo e segurança, pois ficavam trancados em armários e quem tinha acesso e quem controlava esse material eram os funcionários responsáveis pelo setor.

No que se refere aos funcionários do serviço, 25% das faculdades/centros universitários e 50% das universidades contrataram profissionais formados em Psicologia para atuar como técnico do serviço e resguardar os cuidados com os testes psicológicos. Não obstante esses profissionais exercerem suas funções de maneira apropriada, esse baixo número de profissionais da Psicologia nos dois grupos foi preocupante, pois estes funcionários lidam direto com os testes psicológicos que são utilizados em atividades restritas de profissionais da Psicologia (Gouveia, 2018).

O controle dos testes ficava a cargo desses funcionários e em todas as IES os professores colaboravam e eram corresponsáveis por esses materiais. As observações de zelo e cuidado com os espaços e instrumentos psicológicos mostraram que as instituições cearenses dos dois grupos estavam seguindo as sugestões para a estrutura de ensino de Nunes et al. (2012), que

é importante que os testes psicológicos sejam guardados em locais específicos sob supervisão de um professor.

Os testes psicológicos são instrumentos que requerem um estudo aprofundado e foi percebido que para os alunos terem acesso a eles, em 75% das faculdades/centros universitários e em todas as universidades era necessário falar com o funcionário e assinar um termo de empréstimo, tanto para estudar no próprio espaço quanto para estudar em ambiente externo à instituição. Em 25% das faculdades/centros universitários, outra maneira de ter acesso aos instrumentos era quando o professor assinava um termo para autorizar o aluno a alugar o material. Em 25% das faculdades/centros universitários era necessário apenas falar com o funcionário ou outro responsável e era dispensada a assinatura de um termo, no qual essa era a única instituição que não permitia a retirada do material para estudo em ambiente externo ao serviço de Psicologia.

Foi constatado que a maioria das instituições seguia a orientação de existir um controle de entrada e saída dos instrumentos psicológicos (Nunes et al., 2012) e a faculdade/centro universitário que não fazia esse controle, não autorizava a saída do material do serviço e o aluno poderia levar apenas a folha de respostas do teste que estava fazendo alguma atividade da disciplina e que deveria ser entregue ao final da mesma. Em relação ao empréstimo desses materiais, foi notado que 75% das faculdades/centros universitários e 67% das universidades permitiam que os alunos levassem o material para estudar em locais externos às IES, o que revelou uma estimulação, confiança e exigência por parte dos professores e instituições de ensino para que os alunos tenham, desde a formação inicial, um exercício de comprometimento, responsabilidade e ética com esses instrumentos (Bueno & Peixoto, 2018; Caixeta & Sousa, 2013; Gouveia, 2018).

A investigação realizada permitiu conhecer as parcerias entre as IES e outras instituições por meio do relato das professoras e profissionais do serviço de Psicologia que acompanharam a observação. Caixeta e Sousa (2013) ao discuti-

rem sobre a responsabilidade social na educação superior asseguraram que as IES podem proporcionar aos alunos na graduação uma prática comprometida com a realidade social. Foi observado na Tabela 1 que 75% das IES de cada grupo ofereciam algum tipo de serviço de avaliação psicológica para universidades, escolas, Centro de Atenção Psicossocial, entre outras instituições. Entretanto, apenas 25% das IES de cada grupo possuía vínculo oficializado, que era quando existia alguma documentação que regulamentava a parceria existente.

Constatou-se que todas as instituições dos dois grupos desenvolviam atividades para a comunidade por meio de atendimentos no serviço. Além disso, 25% das faculdades/centros universitários e todas as universidades desenvolviam atividades atreladas às disciplinas, como o processo de psicodiagnóstico (Tabela 1). Esse dado foi interessante, pois revelou que nas disciplinas da graduação, principalmente nas universidades, existia uma integração entre teoria e prática ao oferecer serviços para a comunidade. Além disso, 50% das universidades ofereciam atividades como resultados de projetos de extensão, por exemplo, a realização de processos de orientação profissional para alunos de cursos pré-vestibulares. Esses resultados foram importantes e se assemelharam ao estudo de Reppold e Serafini (2010) em que relataram uma atividade de uma disciplina em que houve um processo de avaliação psicológica realizada em um hospital psiquiátrico.

No que trata aos métodos de ensino adotados pelos professores, percebeu-se que todos os professores dos dois grupos desenvolviam atividades práticas nas disciplinas de Avaliação Psicológica. A formação prática é um importante recurso para integrar com os conhecimentos teóricos e possibilitar formar profissionais mais bem habilitados (Borsa, 2016). Exemplos das atividades realizadas eram conduzir um processo de avaliação psicológica, analisar criticamente as qualidades psicométricas dos instrumentos de acordo com resolução vigente do Conselho Federal de Psicologia, discutir estudos de casos, administrar instrumentos, elaborar relatórios/

laudos, entre outros. Essa diversidade de métodos de ensino também foi relatada em outras pesquisas (Noronha et al., 2010; Bardagi et al., 2015) e está condizente com a proposta das diretrizes curriculares de que o ensino deve ser pautado em atividades práticas para desenvolver as competências dos alunos (Resolução CNE/CES n.º 5, 2011), bem como com a proposta de Nunes et al. (2012) que, além dos métodos citados, também sugeriu auxílio de monitores e pesquisas de iniciação científica, por exemplo.

Em relação à formação dos professores, percebeu-se na Tabela 1 que 33% dos professores das faculdades e centros universitários e 25% das professoras das universidades tinham formação em avaliação psicológica, mas apenas a professora do segundo grupo que tinha pós-graduação *stricto sensu* nessa área de concentração. Esse resultado é semelhante com outros estudos em que foi identificado que poucos professores possuíam pós-graduação na área de concentração em avaliação psicológica (Ambiel et al., 2018; Bardagi et al., 2015). Ademais, esse perfil não atende às sugestões realizadas por Nunes et al. (2012), no qual é indicado a importância de as professoras possuírem formação na própria área.

Outro resultado observado foi que todas as professoras dos dois grupos de instituições tinham experiência profissional, por exemplo, no contexto do trânsito, clínico, de neuropsicologia, entre outros. Essa característica condiz com uma das sugestões de Nunes et al. (2012) sobre a formação docente, no qual é interessante que os professores tenham experiência profissional com a temática que ensina.

Ainda no que toca à formação docente, Nunes et al. (2012) sugeriram que as profissionais procurem atualização constante na temática com a qual se trabalha. Dessa forma, pôde ser verificado na Tabela 1 dois resultados relacionados a isso. O primeiro foi sobre a participação em eventos científicos, em que 67% dos professores das faculdades e centros universitários e todos das universidades participaram de eventos nos últimos cinco anos, perfil semelhante com o estudo de Ambiel et al. (2018) e que atende às diretrizes de Nunes et al. (2012). O segundo

resultado trata da realização de pesquisas e foi percebido que nenhuma das professoras das faculdades e centros universitários conduziam pesquisas, enquanto todas das universidades realizavam. Destaca-se que esse perfil pode ter relação com o fato de as universidades terem as atividades de ensino, pesquisa e extensão como um tripé indissociável, enquanto nas faculdades e centros universitários as exigências para realizar pesquisas são menores (Decreto n.º 9.235, 2017).

As observações dos materiais, da infraestrutura, de dados das professoras e do serviço revelaram que a maioria das IES cearenses atendem parcialmente às sugestões dadas por Nunes et al. (2012) para a estrutura de ensino. Os dados mostraram que as universidades tinham, em geral, condições melhores do que as faculdades/centros universitários, ainda que os dois grupos apresentassem aspectos bem semelhantes. Borsa (2016) afirmou que as instituições que atuam com Avaliação Psicológica têm discutido sobre propostas de melhorias na matriz curricular, no corpo docente e na infraestrutura. As características encontradas nas IES cearenses revelaram um importante indício para o ensino, pois como afirmaram Bardagi et al. (2015) a infraestrutura e as condições de trabalho são fatores imprescindíveis para a realização de atividades práticas que colaborem de fato com a formação do aluno em AP. No geral, ainda que existam aspectos a serem melhorados, os dois grupos de IES do Ceará destinam espaços de qualidade para o ensino de Avaliação Psicológica e foi um fator que indicou uma forte contribuição para o desenvolvimento do ensino na área.

A partir do que foi discutido, o presente estudo visa contribuir com o desenvolvimento da avaliação psicológica brasileira (Bueno & Peixoto, 2018; Gouveia, 2018; Wechsler et al., 2019), pois com os resultados apresentados é possível ter um direcionamento do que precisa ser modificado em termos de estrutura das instituições. Dessa forma, é um trabalho que se soma às pesquisas existentes sobre a temática (Ambiel et al., 2019; Finelli et al., 2015; Freires et al., 2017; Mendes et al., 2013), mas em uma perspectiva

diferente que reforça a importância dos espaços de ensino adequados para a formação e a prática (Ambiel et al., 2018).

Considerações finais

Existem diversas pesquisas que investigam a formação em Avaliação Psicológica, mas o diferencial do presente estudo foi analisar a partir de observações as condições estruturais disponibilizadas para o ensino de Avaliação Psicológica nos cursos de Psicologia das instituições cearenses. Foi possível fazer a observação de oito instituições e, entre os principais resultados positivos, elenca-se: (a) os testes psicológicos ficarem guardados em armários trancados; (b) para alugar os testes era necessário assinar um termo de empréstimo; e (c) as IES desenvolviam atividades para a comunidade. Entretanto, algumas características indicam que ainda há o que melhorar, por exemplo, a inexistência da testagem informatizada, poucas instituições contavam com testotecas e os funcionários responsáveis pelo serviço e material da Avaliação Psicológica, em sua maioria, não eram formados em Psicologia.

Ainda que este estudo tenha suas contribuições, ele não está livre de limitações. A primeira trata-se do viés das observações, tendo em vista que foram realizadas apenas por uma pessoa. Seria interessante que mais de uma pessoa realizasse as observações para comparar os resultados. Outra limitação foi a necessidade de criar, por conta própria dos pesquisadores, um roteiro de observação da estrutura, pois não existia na literatura científica material que atendesse aos interesses desta pesquisa. Mesmo que isso não invalide os resultados apresentados e sendo este o primeiro estudo com esta perspectiva de análise, é interessante que outros pesquisadores se mobilizem para investigar uma maior quantidade de instituições de diferentes regiões do Brasil. Com distintos estudos seria possível pensar e elaborar um instrumento de observação que assegurasse a representatividade e abrangência de aspectos para analisar a estrutura de modo mais integral. Por fim, outra

limitação foi a impossibilidade de verificar a quantidade dos diferentes tipos de testes das instituições, bem como os construtos avaliados por eles, sendo essa informação importante para verificar se os instrumentos contemplavam os variados construtos ou apenas os mais usualmente trabalhados nas disciplinas.

Entre as indicações que podem ser feitas, encoraja-se que sejam realizadas pesquisas para investigar os aspectos estruturais de instituições de outros estados brasileiros. Além disso, no próprio contexto cearense já existem mais instituições com o curso reconhecido pelo MEC e pode ser replicada a presente pesquisa para verificar uma maior quantidade de instituições e para identificar possíveis mudanças. À guisa de síntese espera-se que este estudo contribua para a melhoria do ensino de Avaliação Psicológica e destaca-se que o panorama das instituições cearenses é favorável para o ensino da área, mas é essencial a continuidade por busca de aperfeiçoamento para superar os pontos deficitários ainda verificados na presente pesquisa.

Referências

- Ambiel, R. A. M., Baptista, M. N., Bardagi, M. P., & Santos, A. A. A. (2018). Ensino de avaliação psicológica: dificuldades relatadas por uma amostra de docentes brasileiros. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(2), 515-530. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/38810/27157>
- Ambiel, R. A. M., Zuanazzi, A. C., Sette, C. P., Costa, A. R. L., & Cunha, F. A. (2019). Análise de ementas de disciplinas de avaliação psicológica: Novos tempos, velhas questões. *Avaliação Psicológica*, 18(1), 21-30. <https://doi.org/10.15689/ap.2019.1801.15229.03>
- Bardagi, M. P., Teixeira, M. A. P., Segabinazi, J. D., Schelini, P. W., & Nascimento, E. (2015). Ensino da avaliação psicológica no Brasil: Levantamento com docentes de diferentes regiões. *Avaliação Psicológica*, 14(2), 253-260. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712015000200011
- Borsa, J. C. (2016). Considerações sobre a formação e a prática em avaliação psicológica no Brasil. *Temas em Psicologia*, 24(1), 131-143. <https://doi.org/10.9788/TP2016.1-09>
- Brasil. (2011). Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. *Portal do MEC*. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192

Brasil. (2017). Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm

Bueno, J. M. H., & Peixoto, E. M. (2018). Avaliação psicológica no Brasil e no mundo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 108-121. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208878>

Caixeta, J. E., & Sousa, M. A. (2013). Responsabilidade social na educação superior: Contribuições da psicologia escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, 17(1), 133-140. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572013000100014>

Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Resolução CFP nº 010/2005*.

Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Lista de testes psicológicos favoráveis*. <http://satepsi.cfp.org.br/lista-TesteFavoravel.cfm>

Conselho Federal de Psicologia. (2018). *Resolução CFP nº 009/2018*.

Conselho Federal de Psicologia. (2020). *Lista de testes psicológicos favoráveis*. <http://satepsi.cfp.org.br/testesFavoraveis.cfm>

Finelli, L. A. C. F., Freitas, S. R., & Cavalcanti, R. L. (2015). Docência em avaliação psicológica: A formação no Brasil. *Revista de Estudos e Investigación en Psicología y Educación, Extra(12)*, A12-31. <https://doi.org/10.17979/reipe.2015.0.12.567>

Freires, L. A., Silva Filho, J. H., Monteiro, R. P., Loureto, G. D. L., & Gouveia, V. V. (2017). Ensino da avaliação psicológica no Norte brasileiro: Analisando as ementas das disciplinas. *Avaliação Psicológica*, 16(2), 205-214. <https://doi.org/10.15689/AP.2017.1602.11>

Gouveia, V. V. (2018). Formação em avaliação psicológica: Situação, desafios e diretrizes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(sp), 74-86. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208641>

Mendes, L. S., Nakano, T. C., Silva, I. B., & Sampaio, M. H. L. (2013). Conceitos de avaliação psicológica: Conhecimento de estudantes e profissionais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(2), 428-445. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000200013>

Noronha, A. P. P., & Reppold, C. T. (2010). Considerações sobre a avaliação psicológica no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(esp), 192-201. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500009>

Noronha, A. P. P., Baldo, C. R., Almeida, M. C., Freitas, J. V., Barbin, P. F., & Cozoli, J. (2004). Conhecimento de estudantes a respeito de conceitos de avaliação psicológica. *Psicologia em Estudo*, 9(2), 263-269. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722004000200012>

Noronha, A. P. P., Carvalho, L. F., Miguel, F. K., Souza, M. S. & Santos, M. A. (2010). Sobre o ensino de avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 9(1), 139-146. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712010000100015

Nunes, M. F. O., Muniz, M., Reppold, C. T., Faiad, C., Bueno, J. M. H., & Noronha, A. P. P. (2012). Diretrizes para o ensino de avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 309-316. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712012000200016

Primi, R. (2010). Avaliação psicológica no Brasil: Fundamentos, situação atual e direções para o futuro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(esp), 25-35. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500003>

Reppold, C. T., & Serafini, A. J. (2010). Novas tendências no ensino da avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 9(2), 323-329. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712010000200016&lng=pt&tlng=pt

Wechsler, S. M., Hutz, C. S., & Primi, R. (2019). O desenvolvimento da avaliação psicológica no Brasil: Avanços históricos e desafios. *Avaliação Psicológica*, 18(2), 121-128. <https://doi.org/10.15689/ap.2019.1802.15466.02>

Gabriel Vitor Acioly Gomes

Doutor em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF), em Campinas, SP, Brasil; mestre em Educação e graduado em Psicologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), em Fortaleza, CE, Brasil. Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR), em Boa Vista, RR, Brasil.

Lucila Moraes Cardoso

Doutora em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF), em Campinas, SP, Brasil com pós-doutorado na mesma área e instituição. Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em Fortaleza, CE, Brasil.

Endereço para correspondência

Lucila Moraes Cardoso
Universidade Estadual do Ceará
Av. Dr. Silas Munguba, 1700
Bloco P, Curso de Psicologia
Campus do Itaperi
60714-903
Fortaleza, CE, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.